

“PRESIDENTE SARAH KUBITSCHKE”: GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DA PRIMEIRA-DAMA SARAH KUBITSCHKE

“PRESIDENT SARAH KUBITSCHKE”: GENDER AND POLITICAL PARTICIPATION IN FIRST LADY SARAH KUBITSCHKE'S TRAJECTORY

Bruno Sanches Mariante da Silva*
bruno_sanches1987@hotmail.com

RESUMO: Este artigo investiga a atuação de Sarah Kubitschke, destacando como ela mobilizou atributos de gênero tradicionalmente associados à filantropia, aos cuidados e à maternidade para construir um protagonismo político, mesmo sem ocupar cargos eletivos. Analisa-se sua participação em instituições de assistência social e seu papel como guardiã da memória política do ex-presidente Juscelino Kubitschke. A pesquisa baseia-se em periódicos de circulação nacional, acervos fotográficos e entrevistas, buscando compreender também as representações que a própria Sarah procurou construir de si. Argumenta-se que, ao reforçar papéis tradicionalmente femininos, Sarah Kubitschke operou uma estratégia eficaz de inserção e reconhecimento político, transformando a figura da primeira-dama em uma agente ativa de poder e memória.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; assistência social; política; primeiro-damismo.

ABSTRACT: This article investigates the political role of Sarah Kubitschke, highlighting how she mobilized gendered attributes traditionally associated with philanthropy, caregiving, and motherhood to construct political protagonism, despite not holding elected office. It analyzes her involvement in social assistance institutions and her role as a guardian of the political memory of former president Juscelino Kubitschke. The research draws on nationally circulated periodicals, photographic archives, and interviews, also aiming to understand the self-representations that Sarah herself sought to construct. The article argues that by reinforcing traditionally feminine roles, Sarah Kubitschke employed an effective strategy for political insertion and recognition, transforming the figure of the First Lady into an active agent of power and memory.

KEYWORDS: Gender; social assistance; politics; first ladyship.

Como primeira dama, fundei, escolas, hospitais, creches e intensifiquei a assistência aos necessitados. O Brasil, porém, continuará a exigir sempre um esforço crescente, é uma tarefa a que cada um terá de dar a sua humilde colaboração. (Sarah Kubitschke, Manchete, ed.861,1968, p.46¹)

O excerto acima integra uma entrevista concedida por Sarah Kubitschke a Clarice Lispector, publicada na coluna “Diálogos Possíveis com Clarice Lispector”, veiculada na revista Manchete entre maio de 1968 e outubro de 1969. Ao apresentar Sarah Kubitschke, Clarice a definiu como alguém “que não complica o que é simples”. Na conversa, a ex-primeira-dama

* Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Professor adjunto da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina.

¹ Todas as referências a fontes periódicas são oriundas do escrutínio realizado junto ao acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, mormente, em seu sítio online.

relembra os desafios do exílio imposto pelo regime militar e as dificuldades no campo da assistência social, revelando duas dimensões centrais e interligadas de sua trajetória: o engajamento político e o compromisso assistencial. Esses relatos revelam dois aspectos fundamentais e continuamente entrelaçados em sua trajetória: a dimensão política e o compromisso com o trabalho assistencial.

O presente texto não pretende ser um inventário das ações e projetos assistenciais de Sarah Kubitschek, tampouco se configura como um texto biográfico no sentido tradicional, ambicionando narrar a completude de uma vida. Almejamos, aqui, analisar sua atuação na assistência social e sua participação política – voluntária ou não –, cotejando com informações sobre sua trajetória pessoal. O período temporal transcorre desde que Sarah assumira pela primeira vez como primeira-dama (1940) até sua morte (1996), posto que compreendemos que ela se manteve atuante até o final de sua vida. Concordamos com Sohiet (2003, p.47) ao afirmar que:

A abordagem biográfica pode ajudar a situar no centro da problemática a experiência social das mulheres, não como uma essência qualquer que nos confiaria o segredo de uma identidade feminina hipostasiada, mas como “um perpétuo vai-e-vem entre o dado e o vivido, o objetivo e o subjetivo, as determinações e as margens de manobra: um vai-e-vem no qual se inscreve o projeto de uma vida e que se constrói e reconstrói sem cessar universo social no qual se afirmam enquanto sujeitos, os indivíduos e os coletivos.

Esperamos poder oferecer uma contribuição aos estudos sobre a história das mulheres ao iluminarmos a atuação de uma mulher que, embora situada no centro do poder, operou nas margens simbólicas da política institucional. Ao abordar a trajetória de Sarah Kubitschek, o texto articula com os pressupostos da História das Mulheres ao deslocar o olhar das estruturas estatais formais para os circuitos de poder informal, como a filantropia, o trabalho assistencial e a performance pública do cuidado — campos tradicionalmente atribuídos às mulheres e considerados extensões “naturais” da maternidade e do espaço doméstico. Assim, ao historicizarmos e problematizarmos as fronteiras entre os espaços público e privado, almejamos contribuir para a compreensão como mulheres da elite, a exemplo de Sarah, mobilizaram atributos de gênero para conquistar legitimidade e influência política efetiva, mesmo sem ocuparem cargos eletivos.

Nesse sentido, o artigo dialoga de forma profícua com as discussões sobre os usos políticos da feminilidade e os limites e possibilidades da ação pública de mulheres em sociedades marcadas por uma rígida divisão sexual dos espaços (Martins, 2023). A análise da atuação de Sarah Kubitschek revela como a filantropia e o maternalismo, frequentemente compreendido como mecanismo de domesticação feminina, também podiam ser apropriados estrategicamente por mulheres para construir protagonismos políticos, reforçando o argumento de que a História das Mulheres, enquanto campo da História, deve considerar tanto os gestos de transgressão quanto as estratégias de negociação com as normas de gênero. Ao evidenciar a agência de Sarah e o modo como ela inscreveu seu nome na memória política do Brasil, buscamos nos alinhar com uma esteira de outras reflexões que se propõem a refletir sobre as múltiplas formas de participação das mulheres – especialmente brasileiras e latino-americanas – na política ao longo do século XX.

Além disso, a presente reflexão se insere nos debates contemporâneos sobre a figura da primeira-dama, que continuam a mobilizar questões complexas sobre gênero, poder e representatividade tanto no Brasil quanto em outros contextos nacionais. A atuação de primeiras-damas como Michelle Obama nos Estados Unidos, Brigitte Macron na França, ou Janja Lula da Silva no Brasil mostra como essas figuras, ainda que formalmente excluídas da estrutura de poder institucional, exercem papéis políticos relevantes e disputam espaços simbólicos de legitimidade. Essas mulheres frequentemente oscilam entre os papéis tradicionais de consortes e os de agentes políticos autônomos, o que gera tensionamentos nas expectativas sociais sobre o que se espera de uma mulher ligada ao poder. O texto, ao recuperar a trajetória de Sarah Kubitschek, fornece ferramentas analíticas importantes para compreender como essas tensões têm raízes históricas e continuam a moldar os discursos e práticas sobre o feminino nas esferas do poder público e da política. Esperamos demonstrar a estreita relação da ex-primeira-dama com a política, não apenas em função da figura de seu marido, mas muito em razão de sua própria atuação e de seu trabalho, enquanto protagonista.

Nascida em influente família da elite política e social mineira, Sarah Luísa Gomes de Lemos (1909–1996) conviveu desde cedo com o mundo da política. Tendo em vista que não há trabalhos exclusivamente dedicados à biografia de Sarah, nos valeremos de passagens que a mencionam e a caracterizam em textos biográficos de seu marido, Juscelino Kubitschek. Claudio Bojunga, biógrafo de JK, nos apresenta traços da família de Sarah e revela que seu pai,

o coronel Jaime Gomes de Souza Lemos, fora deputado federal de Minas Gerais por mais de 30 anos, enquanto sua mãe, Luiza Gomes de Lemos (Negrão, enquanto solteira), era filha do grande proprietário de terras Comendador José Duarte da Costa Negrão (Bojunga, 2010).

Os biógrafos², de modo geral, retrataram Sarah como uma mulher séria, requintada e dona de um temperamento forte, especialmente no que dizia respeito ao marido e suas transgressões ou quebras de protocolo e etiqueta. Bojunga, em sua obra, (2010, p.890) salienta que “Se Deus havia poupado a JK o sentimento do medo, Sarah era a exceção.”. Pinheiro Neto, que trabalhara proximamente dos Kubistcheks por 25 anos, afirmara que Sarah sabia comandar: “Metódica, ciosa de seu tempo, exigente no horário, imperativa e intransigente quando era preciso” (Pinheiro Neto, 1994, p.57 apud Guedes; Melo, 2019, p.147). O autor também relata uma confissão que JK teria feito, quando já presidente: “Muita gente que não a conhece de perto se ilude com a Sarah. Por vê-la assim, tão miudinha, tão sorridente, ninguém imagina a fortaleza que ela é. Uma rocha” (Pinheiro Neto, 1994, p.57 apud Guedes; Melo, 2019, p.147). Em outubro de 1955, a revista *Manchete* fez matéria especial com os quatro candidatos à Presidência (Ademar de Barros, Juarez Távora, Juscelino Kubistchek e Plínio Salgado) e apresentou as possíveis primeiras-damas, ressaltando que “Das quatro, D. Sara Kubitschek foi a única que participou (de maneira ativa e intensa) da campanha eleitoral, liderando o movimento feminino pró J-J” (*Manchete*, ed.180, 1955, p.13), referindo-se a parceria composta por Juscelino e João Goulart, que saiu vencedora ao final.

Historicamente, o campo da política foi construído como um campo da atuação masculina, tendo em vista a concepção historicamente construída de gênero de que os homens são seres mais racionais, e as mulheres mais emotivas. Às mulheres fora destinado o mundo doméstico e dos cuidados, pois são áreas de predomínio da emoção, como apontou Perrot (2005, p.459): “Aos homens o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa”. Sarah, mesmo habituada ao mundo político, até então permanecia em segundo plano na ação política, atuando apenas quando chamada a colaborar. Exercia seus “papéis naturais”, como esposa e mãe, uma vez que, nas primeiras décadas do século XX, a maternidade era representada como parte indelével da essência feminina, ganhando também nuances de “missão divina” e “ato patriótico por excelência”

² Sobre Juscelino há também o livro de Pinheiro Neto (1994). E sobre todas as primeiras-damas do Brasil, há a obra de Guedes e Melo (2019).

(Freire, 2009). Tendo em vista que a natureza feminina, assim como a masculina, era bem definida, os papéis sociais para que homens e mulheres desempenhassem também eram estritamente delimitados e claros.

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade (Pinsky, 2014, p.609-610).

Essa visão essencialista, que associa características e funções sociais diretamente ao sexo biológico, fundamentou por muito tempo as normas de gênero nas sociedades ocidentais. No entanto, os estudos de gênero, especialmente a partir da segunda metade do século XX, passaram a questionar essa suposta naturalidade. Ao pensarmos, gênero como uma categoria útil de análise histórica (Scott, 1995), entende-se como "feminino" e "masculino" são construções sociais marcadas por relações de poder, e que a delimitação dos papéis sociais não decorre de uma essência, mas de um processo histórico que institui desigualdades ao naturalizá-las. A aparente clareza e rigidez dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres refletem, na verdade, um arranjo histórico específico, que visa reproduzir hierarquias e sustentar estruturas de dominação. Esse discurso essencialista colaborou, significativamente, para a permanência das mulheres no recôndito do lar.

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre as autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária (Soihet, 2012, p.219).

Assistência e caridade: métier feminino

A historiografia está consolidada quanto a construção dos discursos maternalistas, isto é, o entendimento de que a inserção da mulher no espaço público (social, político, de trabalho) deveria dar-se por meio de características ligadas à maternidade (Freire, 2009;

Pinsky, 2014; Martins, 2015; Silva, 2020). A associação de aspectos considerados femininos com determinadas profissões é um processo de politização da maternidade, tendo em vista que esta era tida como característica e função social feminina por excelência e inquestionável, assim, muitas mulheres usaram-na como acesso ao espaço público “[...] ao afirmar que não era uma função natural ou restrita à manutenção da família, mas sim uma função social das mais importantes que exigia muita dedicação, tempo e trabalho das mulheres” (Martins, 2011, p.26). Entre finais do século XIX e começo do século XX, movimentos mundiais de mulheres apoiavam tal concepção essencialista do trabalho feminino, no Brasil a principal representante foi Bertha Lutz. A enfermagem e o magistério, por exemplo, eram profissões tidas como extensão da maternidade (Freire, 2009).

Para as mulheres, essa ideologia da domesticidade “[...] acenou com a possibilidade de participação no mundo justamente através de um lugar que sempre as ancorou fora da vida pública e da política: o lugar dos cuidados” (Martins, 2011, p.22). Seja através da caridade religiosa ou da filantropia secular, destaca, as mulheres das camadas média e alta passaram a se dedicar ao trabalho benemérito, sancionado e validado socialmente, que as possibilitava uma participação mais ativa no espaço público (Martins, 2011, 2023).

A ação pública de mulheres voltada aos cuidados com o outro também colaborou para a inserção e apreciação pública de seus maridos, pais, filhos etc., especialmente quando ligados à política. Nesse sentido, Sarah Kubitschek, como uma mulher da elite e sendo também primeira-dama, desempenhou intensa atividade benemerita, consonante com as expectativas hegemônicas sobre as mulheres da elite e, especialmente as primeiras-damas, que possuíam um papel específico, tanto social quanto político, a desempenhar (Simili, 2008). Torres (2002, p. 25) analisa o papel das primeiras-damas na política brasileira, ressaltando a construção de uma imagem vinculada ao altruísmo e à sensibilidade frente às causas sociais, especialmente as ligadas à infância e à maternidade. Essa atuação, segundo a autora, conferiu legitimidade e prestígio ao casal político — o marido, ocupando cargo público, e a esposa, na figura de primeira-dama — junto aos setores mais subalternizados, principais destinatários das iniciativas assistenciais por elas promovidas.

Na reflexão sobre o primeiro-damismo no Brasil é fundamental destacarmos a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942 pela então primeira-dama da nação Darcy Vargas. Seu objetivo inicial era prestar suporte aos combatentes brasileiros enviados à

Segunda Guerra Mundial e suas famílias, contudo, ao terminar a guerra, a estrutura – já significativamente capilarizada por todo o país – fora preservada para, a partir de então, prestar assistência, prioritariamente, às mães e crianças brasileiras³. A LBA, tradicionalmente, era presidida pela primeira-dama da nação⁴. Em 1951, quando Juscelino Kubistchek foi eleito Governador de Minas Gerais, Sarah assumiu a presidência da LBA no estado, trabalho que não a impediu de criar, concomitantemente, seu próprio grupo de assistência, as Voluntárias Sociais. O grupo de se organizava na garagem do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, com o intuito de prestar auxílio a crianças, gestantes e mães em situação de vulnerabilidade. Com o tempo, essa atuação se expandiu para a área da educação, resultando na criação de escolas e creches. A iniciativa ganhou força e se espalhou por diversas regiões de Minas Gerais, mobilizando dezenas de mulheres que passaram a colaborar com a oferta de merenda escolar, a confecção de uniformes, além da distribuição de alimentos, roupas e equipamentos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência (Temperini, 2016). As ações do grupo tomaram grande destaque, especialmente, em razão da influência social e política que a família da primeira-dama gozava por todo o estado. Com a chegada de Juscelino à presidência da República em 1956, a atuação assistencial de Sarah é expandida, o que deveria incluir a presidência da LBA, posto que Sarah abre mão para dedicar-se a sua própria entidade, a Fundação Pioneiras Sociais (FPS), criada em 1956. Em entrevista à revista Manchete, Sarah explicou sua decisão sobre manter as duas entidades com escopos bastante semelhantes:

- Dona Sarah, a existência das Pioneiras Sociais não veio trazer dispersão dos esforços, no setor da assistência social? Não teria sido mais razoável realizar o trabalho de auxílio ao desamparado ampliando os quadros da Legião Brasileira de Assistência e aproveitando os recursos já existentes?

Dona Sarah responde com segurança:

- Não, o trabalho da assistência social deve estar inteiramente afastado de questões político-partidárias, e a Legião não oferecia essa característica. Daí, a alternativa. Lá, ou eu fazia assistência e criava problemas político para meu marido, ou não fazia assistência social. Preferia uma terceira hipótese: a criação das Pioneiras. (Manchete, ed.323, 1958, p.31)

Dois pontos fundamentais podem ser destacados da fala de Sarah: a politização e partidarização das ações da LBA, e a criação das Pioneiras Sociais. A FPS era uma organização

³ Sobre estrutura e ações da LBA são recomendados os trabalhos de Simili (2008), Barbosa (2017) e Silva (2020).

⁴ Outras primeiras-damas que se ocuparam do trabalho assistencial na LBA foram: Carmela Dutra (presidente de honra); Eloá Quadros; Maria Thereza Goulart; Yolanda Barbosa da Costa e Silva e Rosane Collor de Melo.

semelhante à LBA em estrutura e em atuação, e contava com a dotação orçamentária do governo federal por meio da destinação de 0,5% da renda do selo nacional. A FPS passou a atuar de forma mais abrangente, assistindo nas áreas de educação, cuidados médicos, prevenção do câncer e reabilitação motora. Há um significativo alinhamento entre as ações da FPS, da LBA e do Ministério da Saúde no período, sobretudo, no processo de interiorização da assistência à saúde no Brasil (Silva, 2021).

É oportuno destacarmos que nunca houve na legislação brasileira dispositivo legal que ordenasse a atuação da primeira-dama, desse modo, as ações das primeiras-damas (até hoje) são muito mais subjetivas e, em geral, dialogam com suas experiências anteriores à chegada ao poder. A atuação de Sarah na assistência, por exemplo, bem como a ação de suas instituições, esteve influenciada por suas próprias experiências e vivências pessoais (Silva, 2021). Outro ponto a ser ressaltado é que a forma como a FPS atuava, por meio do engajamento das mulheres enquanto voluntárias, também decorre da experiência de vida de Sarah, enquanto mulher da elite mineira, uma vez que a filantropia e a benemerência são, historicamente, um traço característico das mulheres católicas (Martins, 2011, 2023). No entanto, o aspecto mais significativo da FPS foi o processo de interiorização dos cuidados médicos, isto é, a atenção em levar estrutura médico-hospitalar às áreas brasileiras mais desabastecidas, como as periferias de metrópoles e os interiores do Brasil. Tais ações de Sarah e da FPS alinhavam-se com a política nacional desenvolvida pelo Governo Federal.

Assistência à saúde na atuação da Fundação Pioneiras Sociais.

Foi na campanha presidencial do meu marido, num comício realizado em bairro pobre e distante do Rio de Janeiro, que ouvi a história desse homem. Fiquei penalizada e fiz uma promessa a mim mesma. Caso Juscelino fosse eleito, eu procuraria levar, a todo povo, socorro médico e amparo social mais eficiente (Manchete, ed. 323, 1955, p. 31).

A inspiração para a criação da Fundação das Pioneiras Sociais (FPS) foi relatada pela primeira-dama Sarah Kubitschek em entrevista à revista *Manchete*, em que rememora um episódio que a marcou profundamente. Durante a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, Sarah ouviu um emocionante relato de um pai que havia pedalado com a filha nos braços, em busca por atendimento médico. Em sua fala evidencia-se o objetivo de, de algum

modo, interiorizar os cuidados médicos, levando-os a lugares até então sem acesso. Observa-se que não há uma referência no sentido de pedir ajuda à Juscelino ou que pediria a ele para resolver essa questão. O que Sarah afirmara é que ela procuraria levar esses cuidados e amparo à população e o que o faria a seu modo. O princípio da interiorização dos cuidados médicos esteve consubstanciado em uma das principais ações da FPS: os hospitais volantes, que eram ônibus importados equipados com maquinários médicos e odontológicos para prestar auxílio clínico e preventivo às populações mais afastadas dos centros urbanos. Esses ônibus eram em consultórios e contavam com equipes de médicos e enfermeiras que viajavam para levar informações sobre educação sanitária e alimentação, assim como realizar exames e distribuir medicamentos para as populações carentes. Em 1958, a revista *Manchete* também reportou sobre os hospitais volantes, dando maiores detalhes:

O trabalho das Pioneiras Sociais começou modestamente, aproveitando um hospital-volante abandonado por uma instituição de assistência social. A ideia ganhou corpo e, hoje, só no Rio de Janeiro, 12 hospitais-volantes servem à população. Cada hospital-volante custa cerca de Cr\$ 3.500 mil (são construídos na Alemanha, especialmente para as Pioneiras) e dispõe de equipamento completo, inclusive raios X, podendo realizar até pequenas operações. Em 1957, mais de 100 mil pessoas recorreram aos hospitais-volantes e, até maio de 1958, 19.323 haviam passado pelas diversas clínicas médico-dentárias (*Manchete*, ed.32, 1958, p.31).



Figura 1: Sarah Kubistchek acompanhada de Juscelino na inauguração do primeiro hospital volante da FPS, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, outubro de 1956. Na lataria, lê-se, além do nome da instituição, “Presidente Sarah Kubistchek”. Acervo Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

As atividades da FPS, e especialmente a atuação dos hospitais volantes, estavam em consonância com os propósitos e as políticas criadas pelo presidente JK e o seu ministro da Saúde, Mário Pinotti, isto é, a prioridade em interiorizar os cuidados com a saúde. A saúde não fazia, de modo explícito, parte do Programa de Metas de JK, mas, segundo Silva (2008), ela estaria implicitamente em todo o projeto de desenvolvimento do governo, uma vez que, enquanto candidato, JK afirmava em seus discursos que a saúde era um dos elementos fundamentais para o pleno desenvolvimento do povo brasileiro, inclusive economicamente. Sanear os incapacitados pelas doenças de massa, reforçar a autoridade pública no interior e aumentar a produção da classe trabalhadora eram pontos importantes do programa de metas de Juscelino (Silva, 2008). Nos primeiros meses na presidência, JK criou o Departamento Nacional de Endemias Rurais, dirigido por Mario Pinotti, apontando a relevância que a saúde no interior do Brasil teria em seu governo. A partir de 1958, Pinotti, assumiu o Ministro da Saúde, mas permanecia a frente da LBA, que, nesse período, desenvolvera um projeto para construir um posto de puericultura em cada município do país em parceria com as prefeituras. O *Boletim da LBA*, publicação oficial da instituição, em 1958, apresentou o projeto:

Trata-se de implantar em todos os rincões do país um pôsto destinado à assistência permanente à maternidade e à infância, de onde irradiarão com o tempo os conhecimentos práticos de Puericultura tão necessários às populações sertanejas, ao mesmo tempo que o amparo direto às gestantes e às crianças combaterá eficazmente a subnutrição, os vícios alimentares, e afastará afinal os males da crendice e do charlatanismo derivados da ignorância. (*Boletim da LBA*, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.35)

A política de JK e Pinotti para a saúde pode ser chamada de “sanitarismo desenvolvimentista” e estava baseada no princípio de que o desenvolvimento econômico do país dependia de melhores condições de saúde e de vida dos trabalhadores brasileiros. Por outro lado, para essa melhora no padrão de vida seria necessário um desenvolvimento econômico da região e das famílias (Silva, 2008). Projetos de desenvolvimento e assistência se entrelaçavam, assim como as ações do governo e de instituições de assistência.

Sarah é referenciada como uma das mais importantes primeiras-damas brasileiras, acompanhada de Darcy Vargas, considerada o grande modelo brasileiro (Guedes, Melo, 2019). Em 1957, a revista *O Cruzeiro* teceu críticas ao governo, porém, elogiou o trabalho de Sarah, comparando-a a Darcy: “Que govêrno é esse que na hora de lutar contra o analfabetismo,

cegueira de uma nação, necessita do trabalho incansável, da ajuda e da dedicação de uma nobre senhora, como D. Sara Kubistchek nos dias de hoje, como a inesquecível Sra. Darcy Vargas em todos os tempos?”. (O Cruzeiro, ed.36, 1957, p.101). Na historiografia, Darcy Vargas é apresentada como uma mulher bastante empenhada no trabalho assistencial, porém discreta e avessa ao espaço público (Simili, 2008), sendo raros os registros de que tenha feito uso público da palavra. Guedes e Melo (2019, p.107) afirmam que “Darcy não gostava de falar em público. Deu poucas entrevistas ao longo da vida. Dizia não ter apreço pela política, mas sabia que suas ações assistencialistas ajudavam na imagem pública do marido e do seu governo.”. No caso de Sarah Kubitschek, observamos o oposto. As pesquisas em periódicos da época e no acervo de imagens do Arquivo Nacional revelam sua participação ativa em cerimônias públicas promovidas pela FPS, como inaugurações, premiações e festividades, além dos eventos oficiais exigidos pelo protocolo do cargo de primeira-dama. Há no Arquivo Nacional um vasto acervo iconográfico sobre a FPS, no qual a primeira-dama Sarah Kubitschek é largamente representada, em razão de sua presença constante nos atos públicos da FPS. Como formula Kossoy (2001), a fotografia, em sua dimensão histórica, constitui um fragmento selecionado do real. As imagens do Arquivo Nacional, em sua maioria, não fornecem informações sobre o contexto de produção ou divulgação. Diante disso, e da impossibilidade



Figura 2: Sarah discursa na inauguração de obra da FPS, novembro de 1957, ladeada por Juscelino. Acervo Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional. **Figura 3:** Sarah inaugura ambulatórios da FPS em Belo Horizonte, 1958. Acervo Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

de abordar o amplo acervo, nos concentraremos na análise material de duas fotografias.

Sarah Kubistchek aparece como protagonista nessas fotografias, figura central, de destaque, mesmo quando acompanhada por homens de grande prestígio social e político. Às

mulheres dos anos 1950 não eram permitidas essas atividades públicas, especialmente o uso da palavra pública. Pinsky (2014, p.186), ao analisar a publicação *Querida*, voltada para o público feminino dos anos 1950, destacou que a revista “[...] afirma enfaticamente que ‘lugar de mulher é o lar’, argumentando que ‘o futuro da raça humana’ depende da atuação da mulher como mãe e dona de casa”. Retomando a concepção tradicional de divisão de gênero entre as esferas pública e privada (Perrot, 2005), a esfera pública é masculina e a esfera doméstica/privada é feminina. A atuação das mulheres junto à caridade e à filantropia fez, de alguma maneira, borrar esses limites, permitindo-lhes uma atuação mais contundente no espaço público e mais próxima da política (Martins, 2011; 2015; 2023).

Sarah Kubitschek aproveitou, significativamente, as oportunidades de atuar no espaço público, e, nesse sentido, é fundamental evidenciarmos o processo de singularização empreendido pela primeira-dama. Na figura 01, acima apresentada, é possível observarmos na lataria dos hospitais volantes, além do nome da instituição, os seguintes dizeres: “Presidente Sarah Kubitschek”. Ressaltamos que, nessa estratégia adotada, há o uso do nome e da figura, da primeira-dama e presidente da FPS como um mecanismo de validação da ação social e também como chamariz para atrair a população para os hospitais volantes, tendo em vista o prestígio popular do nome de Sarah. É importante também considerarmos a utilização do nome de Sarah e da FPS como instrumento para a valorização do capital político do governo e do próprio Presidente da República, tomando o conceito de capital político a partir de Bourdieu (2001, p.187), que enfatiza que “o capital político é uma forma de capital simbólico. É um crédito, firmado na crença e no reconhecimento.”.

No Dicionário de Política, organizado pelo filósofo político Norberto Bobbio, o conceito de participação política é amplo e polissêmico, abrangendo desde o ato do voto e da contribuição na tomada de decisões até a difusão de informações políticas. Dessa maneira, compreendemos a atuação da primeira-dama Sarah Kubitschek como efetiva participação política, para além do período do mandato presidencial de Juscelino (1956-1960).

A luta pelo legado dos Kubitscheks

Lembrei-me do último dia que ali passara, 30 de janeiro de 1961, véspera da posse do sucessor de meu marido. Como sempre fizemos, [...] Juscelino e eu vistoriamos pessoalmente todos os cômodos, dos salões nobres às dependências de serviço, como donos de casa que a entregam a seus novos donos, herança doméstica e tradicional de nossa mineiridade que a vida

pública não desfigurou, apesar dos muitos anos em contato com o poder. Juscelino queria que os novos ocupantes do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto encontrassem a *casa* em ordem, tal como em ordem – em festa – ele deixava o governo da República. (Manchete, ed.1424, 1979, p.24)

A narrativa acima foi apresentada por Sarah Kubitschek em texto de sua autoria, publicado na revista *Manchete* em 1979. Ao rememorar o momento de encerramento do mandato, percebe-se uma clara preocupação do casal Kubitschek com a imagem que deixariam, isto é, com o legado destinado tanto ao povo brasileiro quanto aos seus sucessores. Juscelino foi sucedido por Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, com quem já enfrentara embates políticos. O pós-presidência seria marcado por instabilidades, idas e vindas do exterior, Juscelino ainda se elegera senador por Goiás (1961–1964), enquanto Sarah dedicara o restante da vida à preservação do legado político dos Kubitschek. Nos anos seguintes à saída do Palácio da Alvorada, a imagem da primeira-dama sorridente e afável deu lugar a uma representação mais firme e assertiva. Encontramos Sarah Kubitschek se posicionando de forma combativa, com uma postura incisiva e discurso menos contido, revelando aspectos até então pouco evidentes. Em entrevista concedida em 1962, após o mandato presidencial, Sarah fez um apelo veemente pela continuidade da FPS.

As Pioneiras Sociais precisam de ajuda continuada e generosa. Tem sido uma verdadeira odisseia a sua luta pela sobrevivência durante os últimos meses. No Governo do Sr. Jânio Quadros não conseguimos receber um único centavo da subvenção que o orçamento consignava em seu favor. Além disso, o montante de apenas 182 milhões de cruzeiros, foi cortado em 30 por cento. Assim mesmo, não houve meio de se receber fosse o que fosse! (Manchete, ed.508, 1962, p.56)

A ex-primeira-dama relatou o corte de verbas e a recusa, do Governo Federal, em repassar recursos já previstos no orçamento. Na mesma entrevista, afirmou ter se afastado da presidência da FPS para evitar que eventuais conflitos políticos prejudicassem a instituição.

Por motivo de viagem e também para deixar mais livre de injunções a instituição, por mim fundada quando meu marido era ainda Governador de Minas Gerais, passei sua presidência ao Dr. Moacir Moura. Apesar de assim ter procedido, aconteceu o que aconteceu. Mais ainda: soube que o Presidente Jânio Quadros proibira que qualquer dos seus auxiliares proferisse o nome das Pioneiras Sociais e auxiliasse o encaminhamento de qualquer dos seus assuntos. (Manchete, ed.508, 1962, p.56)

Na entrevista, Sarah denunciou a perseguição política promovida pelo presidente Jânio Quadros contra a FPS. A declaração evidencia não apenas sua firme postura política, mas também o lugar simbólico da FPS, cuja imagem se confundia com a do casal Kubitschek no imaginário social. Todavia, como a entrevista data de 1962, e Jânio já havia renunciado, Sarah destacou que o então presidente João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves haviam socorrido a FPS, e expressou a expectativa de que o apoio não mais faltasse.

Sarah Kubitschek teve presença constante na imprensa, especialmente na revista *Manchete*⁵. Foi a própria publicação que noticiou, já em 1963, a criação do primeiro comitê feminino, sediado em Brasília, para a campanha presidencial de JK em 1965 (*Manchete*, ed. 580, p. 26). A partir de 1964, com o golpe militar e a cassação do mandato de senador de Juscelino, as reportagens sobre o casal passaram a adotar um tom mais sombrio, centrado no exílio. Após o retorno ao Brasil, ambos seguiram atuantes na vida política. Em 1968, "JK percorreu Minas numa campanha que alguns interpretaram como o lançamento de dona Sarah ao governo do estado" (Bojunga, 2010, p. 872–873), já que seus próprios direitos políticos haviam sido suspensos pelo regime. Na mesma época, *O Cruzeiro* noticiava algo semelhante: "O deputado Renato Azeredo, do MDB de Minas, já está apregoando sua candidatura ao Governo do Estado, tendo como candidato a vice a Sra. Sarah Kubitschek" (*O Cruzeiro*, ed. 13, 1968, p. 125). Ao longo dos anos, novas especulações sobre uma possível candidatura de Sarah surgiram, refletindo o prestígio e a força política de seu nome. Em outubro de 1968, dois meses antes do AI-5 e do agravamento da repressão, *O Cruzeiro* voltou a registrar movimentações políticas envolvendo Sarah e outras primeiras-damas.

Depois da sra. Sara Kubitschek, com propósito de mergulhar nas eleições mineiras, para conquistar um lugar que pode ir de governador a deputado, passando pelo de senador, informa-se que a espôsa do ex-governador Mauro Borges, de Goiás, está pensando na mesma coisa. Segundo as informações, outras espôsas de políticos cassados se encaminhariam no mesmo sentido (*O Cruzeiro*, 1968, ed. 041, p. 101).

⁵ A relação entre *Manchete* e a construção da imagem pública de Juscelino é bastante extensa e já foi investigada. Amorim, 2008.

Com o AI-5 e a prisão de Juscelino Kubitschek, o casal enfrentou um novo período de exílio. No entanto, o afastamento do país seria breve, e o retorno, ainda que imprudente, logo se concretizaria. Constantemente acusado pelos militares de corrupção e enriquecimento ilícito, JK teve seu nome censurado na imprensa, o que inviabilizou seus planos de retomar a vida política. A análise dos periódicos da época revela que Sarah continuava presente nas colunas sociais, enquanto Juscelino levava uma vida mais reclusa em sua fazenda em Goiás, evidenciando um afastamento público. Em 22 de agosto de 1976, JK faleceu em um acidente rodoviário, que vitimou também seu motorista. Sua morte e funeral comoveram o país; o sepultamento em Brasília mobilizou multidões.

Depois de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek foi o que contou com a mais expressiva participação popular em seus funerais, se considerarmos todos aqueles que já tinham ocupado o cargo presidencial na história brasileira até então. [...] Juscelino demonstraria uma legitimidade popular que contrastava com os vários anos de ostracismo em que esteve afastado da vida pública pelo regime militar. (Marcelino, 2015, p.258)

A morte de Juscelino não reduziu a visibilidade pública nem o capital político e social de Sarah — ao contrário. Ainda em 1976, percebe-se o prestígio e a especulação que seu nome continuava a provocar no cenário político. Em outubro daquele ano, a revista *Manchete* publicou um esclarecimento intitulado “Desmentido”.

Não têm o menor fundamento as notícias veiculadas sobre uma possível candidatura de D. Sarah Kubitschek ao Senado pelo Estado de Goiás. A viúva do ex-presidente Juscelino Kubitschek não tem nenhuma ambição política, nem recebeu ou aceitou qualquer convite para candidatar-se. Ela está voltada unicamente para o trabalho de cultuar e honrar a memória do seu marido (Manchete, ed.1280, 1976, p.1268)

A nota revela que o nome de Sarah Kubitschek ainda era percebido como politicamente relevante, a ponto de motivar rumores e especulações sobre sua possível candidatura a cargos públicos. No mesmo sentido, em 1978, a revista *Manchete* atribuiu parte do sucesso eleitoral de Tancredo Neves, na disputa pelo governo de Minas Gerais, ao apoio oferecido por Sarah: “A vitória do Sr. Tancredo Neves, que parecia incerta a princípio, delineou-se mais claramente nos últimos dias da campanha, graças não só ao apoio que lhe foi dado pela Srª Sara [sic] Kubitschek, como também pelo crescimento de sua propaganda

[...]” (Manchete, ed. 1389, 1978, p. 13). Tancredo Neves, enquanto político mineiro, manteve vínculos históricos com o clã Kubitschek, mesmo após a morte de Juscelino. Em 1984, durante a convenção nacional do MDB que oficializou sua candidatura à Presidência nas eleições indiretas de 1985, Sarah Kubitschek esteve presente, demonstrando conservar significativo prestígio popular

A Convenção Nacional do PMDB foi caracterizada por uma atmosfera de grande entusiasmo, com as galerias repletas e vibrantes. [...] O auge da vibração ocorreu quando a Sra. Sara Kubitschek entrou no plenário, e repetiu-se logo a seguir com a chegada do candidato Tancredo Neves. (Manchete, ed.1688, 1984, p.110).

O texto “Desmentido”, publicado por Manchete, também indica que a ex-primeira-dama estava dedicada a preservar a memória de Juscelino Kubitschek — algo que se tornaria ainda mais evidente nos anos seguintes. Diversas reportagens a retratam inaugurando espaços em homenagem ao ex-presidente, como o Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que passou a levar seu nome em 1979⁶. A mais ambiciosa dessas homenagens, no entanto, ainda estava por vir e exigiria de Sarah considerável habilidade política e articulação social: a construção do Memorial JK, em Brasília.

O memorial JK: a monumentalização da memória

Os planos para a construção de um espaço dedicado à memória de Juscelino Kubitschek teriam sido iniciados por Sarah logo após sua morte. Como destaca Nora (1993, p. 21), “mesmo um lugar de aparência puramente material [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. O projeto de Sarah — um grande monumento em Brasília — consistia na criação também dessa aura simbólica. Para Le Goff (1984), a principal característica dos monumentos é seu poder de perpetuação das sociedades históricas. Ao idealizá-lo, Sarah buscava justamente perpetuar a figura de Juscelino no imaginário nacional.

Em 1978, ela manifestou o desejo de adquirir um terreno em Brasília para a obra. Contudo, segundo Bojunga (2010, p. 975), ao consultar os militares por meio de um contato

⁶ As matérias são recorrentes em Manchete, O Cruzeiro, Diário Carioca, entre outras publicações. Foi feita sistemática pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional totalizando mais de 600 reportagens.

no SNI, recebeu a resposta categórica: “terreno para a família Kubitschek, nem comprado”. O cenário mudou em 1979, com a nomeação de Said Farah para a Secretaria de Comunicação do governo Figueiredo. Seu chefe de gabinete era Sérvulo Tavares, ex-secretário de Sarah, o que facilitou o diálogo. Segundo Bojunga, Figueiredo, teria confidenciado sua admiração pelo espírito empreendedor de JK, concordando, assim, em receber a ex-primeira-dama. O encontro ocorreu em 18 de julho de 1979, no Palácio do Planalto.

Na edição de 4 de agosto daquele ano, a revista *Manchete* publicou texto assinado por Sarah, relatando o encontro: “Quando apertei a mão que o Presidente João Figueiredo me estendeu [...] senti que ali eu representava a totalidade do povo brasileiro que há muito esperava pelo amplo, geral e irrestrito reconhecimento da grandeza de Juscelino Kubitschek” (*Manchete*, ed. 1424, 1979, p. 24).). Ao utilizar a expressão “amplo, geral e irrestrito”, Sarah faz uma alusão direta ao discurso da anistia política e ao processo de distensão do regime militar, em curso desde o governo Geisel (1974–1979) e aprofundado sob Figueiredo (1979–1985). Com isso, ela contribui para a construção do simbolismo que cercaria o futuro Memorial JK — não apenas como homenagem a um ex-presidente, mas como monumento à democracia e à reconciliação nacional. O projeto foi bem recebido por Figueiredo, e há consenso entre diferentes relatos de que ele, Sarah e Oscar Niemeyer, arquiteto responsável, concordaram com a localização: o terreno do Cruzeiro, onde fora celebrada a primeira missa de Brasília, em 3 de maio de 1957.

Sarah decidiu que a inauguração do Memorial JK ocorreria em 12 de setembro de 1981, data de nascimento de Juscelino Kubitschek. A campanha de arrecadação começou dois anos antes, em 12 de setembro de 1979, em Diamantina, cidade natal do homenageado. Sarah liderou pessoalmente todas as etapas da campanha e da construção, como presidente da Comissão Responsável, cujo vice-presidente era Adolpho Bloch, fundador da *Manchete*, que ofereceu ampla cobertura. Bailes, peças, espetáculos e outras atividades foram realizados para levantar recursos. A pedra fundamental foi lançada em 17 de abril de 1980, em cerimônia com presença do presidente Figueiredo. Na ocasião, Sarah proferiu um discurso caloroso, no qual declarou: “Se o momento histórico que vivemos – o da redemocratização do Brasil – exigisse para a posteridade um monumento, esse monumento começa a ser erguido agora” (*Manchete*, ed. 1480, 1980, p. 130). Demonstrando habilidade política, Sarah soube articular sua campanha de arrecadação de recursos – que se estendeu até 1981 – ao contexto de

efervescência social marcado pelas lutas por anistia e pela redemocratização do país. A campanha, teve Sarah como principal figura pública. Imagens divulgadas na imprensa mostram Sarah acompanhando as obras, em cenas que evocam as de JK supervisionando a construção de Brasília. O memorial foi erguido com doações de populares, entidades e governos estaduais, e inaugurado, em 12 de setembro de 1981, em uma cerimônia que reuniu grande número de autoridades e figuras políticas.

O Memorial JK tornou-se marco na paisagem de Brasília, com mais de cinco mil metros quadrados de área construída. Sua base de concreto mede 120 metros de comprimento por 32 de largura, de onde se ergue um pedestal de 28 metros encimado por uma mão em forma de concha que abriga a estátua de bronze de JK. O edifício inclui biblioteca, auditório, salas de exposição e um mausoléu. No dia da inauguração, os restos mortais de Juscelino foram trasladados do Cemitério Campo da Esperança em carro do Corpo de Bombeiros, velados no Congresso Nacional e depositados no memorial, em cerimônia com honras de Estado — que ele não recebera por ocasião de sua morte, em 1976. O Memorial JK foi fruto de uma intensa mobilização liderada por Sarah, que permaneceu à frente da instituição como sua presidente até o fim de sua vida.

Já idosa, Sarah Kubitschek seguia atuante no cenário social e político de Brasília durante a década de 1990. Foi a primeira pessoa a adentrar a cratera aberta para a construção do metrô da capital federal, ocasião em que declarou: “O metrô é a obra mais importante de Brasília, depois da construção da capital” (Manchete, ed. 2155, 1993, p. 81). Sarah faleceu em Brasília em 3 de fevereiro de 1996, aos 87 anos.

À guisa de conclusão: Sarah e a atuação política.

Há um episódio relatado por Bojunga (2010) na biografia de Juscelino Kubitschek que merece atenção: segundo o autor, Sarah, em momentos de ressentimento, teria confidenciado a interlocutores próximos que seria uma presidente melhor do que o marido. A afirmação, além de expressar tensões pessoais, revela indícios do espírito combativo e da consciência de si que marcaram sua trajetória. Em outro trecho igualmente significativo, Bojunga (2010, p. 889) aprofunda essa dinâmica, descrevendo os impactos simbólicos da ascensão de JK sobre a identidade de Sarah:

Mas o fato de JK tornar-se fundador de uma nova dinastia muito mais importante que os Lemos, deixando na sombra sobrenomes mineiros tradicionais, obrigou Sarah a se submeter a um penoso processo de satelização. E JK não se contentou em fundar uma dinastia, ele inventou uma nova capital para o país – um palco para si. Virou personagem mitológico nacional e mundial.

Proveniente de uma família tradicional mineira, com raízes influentes na política local, Sarah era, frequentemente, descrita como um satélite orbitando uma estrela mais luminosa, Juscelino. A reflexão aqui proposta buscou justamente compreender de que modo ela soube mobilizar as oportunidades surgidas em sua trajetória como primeira-dama para construir uma identidade política própria, mantendo-se em evidência por mais de cinco décadas. Essas oportunidades estiveram fortemente ligadas ao campo da assistência social — espaço historicamente ocupado por primeiras-damas —, mas Sarah procurou ressignificá-lo. Ao fundar e presidir sua própria instituição e ao propor novas abordagens para a assistência, distanciou-se da imagem consolidada de Darcy Vargas e da Legião Brasileira de Assistência, ao mesmo tempo em que contribuía para a ampliação do capital simbólico e da legitimidade social do casal Kubitschek.

Sarah Kubitschek não rompeu com os estereótipos e papéis de gênero atribuídos às mulheres de sua época. Ao contrário, sua atuação política esteve profundamente ancorada neles. Em um contexto em que o cuidado e a assistência eram considerados atributos essencialmente femininos, e a maternidade um dos pilares da construção social da feminilidade, Sarah, como integrante da elite político-econômico-cultural brasileira, mobilizou estrategicamente tais representações. Ao seguir um percurso socialmente legitimado para mulheres de sua posição, construiu formas de inserção e de ação política que lhe garantiram visibilidade e influência.

O argumento desenvolvido ao longo deste trabalho é que Sarah Kubitschek teve, sim, uma atuação política destacada. Para isso, adotamos uma concepção ampliada de participação política, que reconhece formas de ação para além das esferas institucionais e dos mecanismos formais de representação. Embora nunca tenha disputado um cargo eletivo, Sarah foi uma agente ativa no cenário político, articulando ações e ocupando espaços públicos. Sua trajetória revela uma agência que, embora operando nos limites do gênero, também soube afirmar-se a partir deles.

Assim, Sarah Kubitschek representa um perfil de mulher da elite que, embora ciente das representações de gênero atribuídas às mulheres, buscava acessar espaços tradicionalmente reservados aos homens — especialmente o poder político e a esfera pública. Longe de romper frontalmente com as normas de seu tempo, ela as instrumentalizou: mais do que subvertê-las, por vezes as reforçou e exaltou, consciente de que seu capital político e social delas derivava. Ainda assim, sua atuação produziu fissuras nos limites impostos às mulheres, particularmente ao reivindicar a palavra pública e certa forma de protagonismo político. Com Sarah Kubitschek, a figura da primeira-dama no Brasil deixa de ser mero apêndice da política institucional para se afirmar como força ativa no campo político, com agenda, visibilidade e influência próprias.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Rose Mary G. *O governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados*. Dissertação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de Assistência em tempos de guerra (1942- 1945)*. Tese. Curitiba: UFPR, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Thomaz, 14ª Ed. Rio de Janeiro: Berthand, 2001.
- FREIRE, Maria Martha Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009
- GUEDES, Ciça. MELO, Murilo. *Todas as mulheres dos presidentes*. Rio de Janeiro: Máquina de livros, 2019.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- MARCELINO, Douglas A. *O corpo da nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- MARTINS, Ana Paula V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, V.18, dez.2011.
- MARTINS, Ana Paula V. A feminilização da filantropia. *Gênero*, v.15, n.2, 1.sem.2015.
- MARTINS, Ana Paula V. *Faces femininas do conservadorismo: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX*. Teresina: Cancioneiro, 2023
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (10), PucSP, 1993.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

- PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.
- SILVA, Bruno Sanches M. *Modernidade e Assistência social no Brasil dos Anos Dourados: a atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)*. Curitiba: CRV, 2020.
- SILVA, Bruno Sanches M. Gênero e assistência à saúde na trajetória da primeira-dama Sarah Kubitschek. *Revista Diálogos*. N.46, 2021.
- SILVA, Renato. *Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.
- SIMILI, Ivana G. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- SOHIET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. *Fundação das Pioneiras Sociais: contribuição para o controle do câncer do colo do útero no Brasil (1956 – 1990)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ : Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
- TORRES, Iraídes C. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.